

RELATÓRIO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

COMPANHIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE ATIVOS - SPDA

2020

RELATÓRIO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

EXERCÍCIO DE 2020

COMPANHIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE ATIVOS - SPDA

Diretor Presidente:

Hélio Rubens de Oliveira Mendes

Relator:

Conselheiro Roberto Braguim

Subsecretário de Fiscalização e Controle:

Lívio Mário Fornazieri

Equipe Técnica:

Fernanda Galvão Bonilha

Agente de Fiscalização

Ruth Jenn T. S. Inoshita

Agente de Fiscalização

Gustavo Felipe Ripper C.T. de Souza

Supervisor de Equipes de Fisc. e Controle 1

Marcos Thulyo Tavares

Coordenador Chefe de Fiscalização e Controle I

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	5
1.1.	Considerações Iniciais	5
1.2.	Objeto Social da Empresa.....	5
1.3.	Histórico da Empresa	6
1.4.	Trabalhos de Fiscalização.....	7
2.	PRESTAÇÃO DE CONTAS	8
2.1.	Publicação das Demonstrações Contábeis.....	8
3.	GESTÃO FINANCEIRA	10
3.1.	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	10
3.2.	Geração/Consumo de Caixa	11
4.	GESTÃO PATRIMONIAL	12
4.1.	Balanço Patrimonial	12
4.1.1.	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	12
4.1.2.	Direitos Realizáveis.....	13
4.1.3.	Fundo de Investimento para garantia PPP.....	16
4.1.4.	Títulos e Valores Mobiliários	16
4.1.5.	Passivo.....	19
4.1.6.	Patrimônio Líquido	21
4.2.	Demonstração do Resultado do Exercício e do Resultado Abrangente.....	21
4.3.	Demonstração do Resultado Abrangente	24
4.4.	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	24
4.5.	Notas Explicativas	25
4.6.	Eventos Subsequentes	26
5.	GESTÃO DE PESSOAL	27
5.1.	Diretoria Executiva	27
5.2.	Conselhos de Administração e Fiscal	28
6.	CONTINUIDADE OPERACIONAL	29
7.	TRANSPARÊNCIA	30
8.	INFRINGÊNCIAS / PROPOSTAS DE DETERMINAÇÕES DO EXERCÍCIO	31
9.	DETERMINAÇÕES / RECOMENDAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	33

QUADRO DE SIGLAS

AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AVJ	Ajuste a Valor Justo
BB	Banco do Brasil
BP	Balanço Patrimonial
CCI	Carteira de Crédito Imobiliário
CEF	Caixa Econômica Federal
CMN	Conselho Monetário Nacional
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
Cohab	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOCSP	Diário Oficial da Cidade de São Paulo
DRA	Demonstração dos Resultados Abrangentes
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
FGC	Fundo Garantidor de Créditos
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIDC	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IRPJ	Imposto de Renda – Pessoa Jurídica
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
JOF	Junta Orçamentária e Financeira
PIS	Programa de Integração Social
PL	Patrimônio Líquido
PMSP	Prefeitura do Município de São Paulo
PPP	Parceria Público-Privada
RAF	Relatório Anual de Fiscalização
SF	Secretaria Municipal da Fazenda
SPDA	Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos
TCMSP	Tribunal de Contas do Município de São Paulo

1. INTRODUÇÃO

1.1. Considerações Iniciais

A Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos (SPDA) é uma sociedade de economia mista¹, vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda (SF) da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), cuja constituição foi autorizada pela Lei Municipal nº 14.649/07, posteriormente alterada pelas Leis Municipais nº 15.406/11 e 16.665/17, possibilitando à SPDA a contratação de pessoal próprio.

Além da legislação referendada, a Companhia é regida por seu Estatuto Social e pela Lei Federal nº 6.404/76, com suas modificações posteriores. Ademais, com o advento da Lei Federal nº 13.303/16, a empresa deve observar uma série de requisitos normativos nela dispostos, notadamente nas áreas de licitações, transparência e outras, respeitado o prazo de adequação tratado na própria Lei para a promoção das adaptações necessárias.

1.2. Objeto Social da Empresa

De acordo com o art. 2º do seu Estatuto Social, a SPDA tem como objeto social auxiliar o Poder Executivo na promoção do desenvolvimento econômico e social do Município e na otimização do fluxo de recursos financeiros para o financiamento de projetos prioritários municipais.

Conforme o parágrafo 1º do referido artigo, para a consecução do seu objeto social, a SPDA poderá:

- a) firmar convênios ou contratos com órgãos e entidades da administração pública da União, do Estado e do Município de São Paulo para que realizem investimentos prioritários no Município de São Paulo, em especial nas áreas de saúde, educação, transportes e segurança;
- b) emitir e distribuir publicamente quaisquer títulos e/ou valores mobiliários, observadas as normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM);

¹ Lei Federal nº 13.303/16, Art. 4º. Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.

- c) contrair empréstimos e financiamentos no mercado nacional ou internacional;
- d) adquirir, alienar e dar em garantia, inclusive em contratos de parcerias público-privadas, ativos, créditos, títulos e valores mobiliários.

O Decreto Municipal nº 52.959/12 determinou que a atuação do poder público municipal deverá se dar, com exclusividade, por meio da SPDA, no caso de coordenação da estruturação de operações financeiras e de mercado de capitais e no caso de prestação de garantias reais ou fidejussórias nos projetos de parcerias público-privadas municipais.

1.3. Histórico da Empresa

A totalidade do Capital Social da SPDA é composta pela Cessão de Direitos Creditórios e outras Avenças referentes a créditos antigos da Cohab (até 2016), cedidos pela PMSP à SPDA em 29.03.16. A PMSP cedeu direitos creditórios de 31.578 contratos de financiamento imobiliário, originados da comercialização de conjuntos habitacionais pela Cohab, no valor registrado de R\$ 1,1 bilhão. Posteriormente, o valor da carteira foi ajustado na contabilidade da SPDA para R\$ 197,4 milhões, com base no Laudo de Avaliação da Carteira de Crédito Imobiliário (CCI) elaborado pela empresa RCB Investimentos².

O objetivo da cessão dos direitos creditórios à SPDA foi melhorar a eficiência na gestão da carteira de crédito imobiliário. Em 03.08.16, foi constituído o SPDA Habitação Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (SPDA Habitação FIDC), exclusivo da Companhia, para a gestão da CCI.

O FIDC iniciou suas atividades em 30.10.16 sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 10 anos, regido pela Resolução CMN nº 2.907/01, pelas Instruções da CVM nº 444/06, 489/11 e 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Em 01.11.16, a CCI da SPDA foi transferida ao FIDC.

Os prestadores de serviços do Fundo são os seguintes:

² O Laudo da empresa RCB investimentos considerou o valor presente líquido do fluxo futuro estimado dos pagamentos das parcelas em aberto dos contratos cedidos à SPDA, subtraindo os custos inerentes aos pagamentos.

- Administração: CM Capital Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda;
- Controladoria e Custódia: CM Capital Markets Corretora de Câmbio e Títulos e Valores Mobiliários Ltda;
- Gestão: RCB Portfólios Ltda.

1.4. Trabalho de Fiscalização

O presente Relatório Anual de Fiscalização (RAF), elaborado em virtude do disposto no inciso II do art. 48 da Lei Orgânica do Município de São Paulo³, tem por objetivos:

- avaliar se os balanços e notas explicativas estão em conformidade com o marco regulatório vigente,
- analisar a conformidade dos atos de gestão, frente aos critérios legais e normativos, e
- subsidiar o julgamento das Contas do ano em exame.

A situação de pandemia do coronavírus provocou limitações ao adequado desenvolvimento da auditoria que subsidiou este RAF, haja vista a impossibilidade de realização de alguns procedimentos envolvendo a presença física da equipe de fiscalização nas instalações da Companhia, dada a recomendação de isolamento social das organizações de saúde.

³ Art. 48 – O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, ao qual compete:[...]

II - apreciar, através de parecer, as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos, da administração direta, autarquias, [...].

2. PRESTAÇÃO DE CONTAS

A SPDA apresentou ao TCMSP, para apreciação e julgamento, a documentação que compõe a sua prestação de contas do exercício de 2020 por meio do Ofício SPDA nº 020/2021, de 31.05.21, protocolado em 31.05.21 (peça 1), cumprindo o prazo de cinco meses contados do término do exercício financeiro correspondente, conforme estabelecido no art. 74 do Regimento Interno desta Egrégia Corte de Contas⁴.

2.1. Publicação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da SPDA, elaboradas pela empresa RHPAY do Brasil Serviços e Contabilidade Ltda., foram apresentadas para apreciação conforme segue: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Notas Explicativas.

As demonstrações contábeis foram publicadas à fl. 55 do DOCSP de 24.04.21.

2.1.1. Parecer de Auditoria Independente

As demonstrações contábeis relativas ao exercício financeiro de 2020 foram auditadas pela empresa Aguiar Feres Auditores Independentes (peça 1, fls. 33/38), registrada na CVM sob nº 9555, conforme preceitua o art. 7º da Lei Federal nº 13.303/16⁵. Foi emitida a seguinte opinião, em 17.03.21, (Peça 1, fl. 33):

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - SPDA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

⁴ Art. 74. As entidades da Administração Indireta encaminharão suas contas anuais ao Tribunal, para julgamento, no prazo de até cinco meses contados do término do exercício financeiro correspondente.

⁵ Art. 7º Aplicam-se a todas as empresas públicas, as sociedades de economia mista de capital fechado e as suas subsidiárias as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão.

2.1.2. Parecer dos Conselhos Fiscal, de Administração e da Assembleia Geral dos Acionistas

O Conselho Fiscal, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, emitiu parecer, em 25.03.21 (peça 1, fl. 39), sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2020. Com fundamento nas análises realizadas, no parecer da auditoria independente, bem como nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, o Conselho entendeu que as demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas em seus aspectos relevantes, recomendando aos Srs. Acionistas a sua aprovação.

A Assembleia Geral Ordinária aprovou o Relatório de Administração relativo a 2020 no dia 30.04.21.

3. GESTÃO FINANCEIRA

3.1. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A DFC é prevista pelos artigos 176 (inciso IV) e 188 (inciso I) da Lei Federal nº 6.404/76 e alterações posteriores. Deve ser observado, ainda, quando da sua confecção, o disposto no Pronunciamento Contábil nº 03 (R2), editado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A DFC proporciona informações que possibilitam aos usuários avaliarem as alterações nos ativos líquidos da entidade analisada, sua estrutura financeira e sua capacidade para mudar os montantes e a época de ocorrência dos fluxos de caixa, a fim de adaptá-los às transformações nas circunstâncias e oportunidades.

Quadro 01 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Publicada - 2020

Em R\$

Especificação	2020	2019
Lucro Líquido do Exercício	19.483.961	22.974.349
Ajustes de Receitas e Despesas não envolvendo o caixa		
Depreciação	18.902	10.229
Amortização	5.157	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	2.735	82.966
Ajuste a Valor Justo	(31.868.790)	(35.770.757)
Equivalência Patrimonial	11.064	12.585
IRPJ e CSLL Diferidos	9.475.411	12.162.057
Receitas Financeiras de Longo Prazo (Investimentos em Garantia - PPP)	(828.584)	(1.859.245)
Perda de capital	-	444
Lucro Líquido Ajustado	(3.700.144)	(2.387.372)
Variações nos Ativos e Passivos	6.893.781	5.383.465
(Aumento) Diminuição de Outros Créditos	(6.892)	23.644
(Aumento) Diminuição de Clientes a Receber	(321.195)	5.075.415
(Aumento) Diminuição de Impostos a Recuperar	(179.941)	(38.891)
(Aumento) Diminuição de Despesas Antecipadas	(9.725)	22.780
(Aumento) Diminuição de Fundo de Investimentos - PPP	130.991	283.603
(Aumento) Diminuição de Ativos Financeiros	7.000.000	-
Aumento (Diminuição) Fornecedores	12.137	(24.770)
Aumento (Diminuição) Impostos a Recolher	227.920	(250)
Aumento (Diminuição) Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	40.486	41.934
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	3.193.637	2.996.093
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Fundo de Investimentos em PPP	-	-
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(5.157)	(47.567)
Caixa Utilizado nas Atividades de Investimento	(5.157)	(47.567)

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos distribuídos	-	(6.714.588)
Caixa Líquido Utilizado das Atividades de Financiamento	-	(6.714.588)
Aumento / Redução de Caixa e Equivalente de Caixa	3.188.479	(3.766.062)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4.174.397	7.940.459
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	7.362.876	4.174.397
Aumento / Redução de Caixa e Equivalente de Caixa	3.188.479	(3.766.062)

Fonte: DFC 2020, Peça 1, fl. 11.

A referida demonstração da SPDA foi elaborada pelo método indireto, em observância ao disposto na alínea “b” do item 18 do CPC nº 03 (R2).

3.2. Geração/Consumo de Caixa

A variação do Caixa e Equivalente de Caixa nos últimos 4 anos está demonstrada a seguir:

Quadro 02 – Evolução do Caixa e Equivalente de Caixa Em R\$

	2017	2018	2019	2020
Consumo/geração de Caixa	(5.131.520)	(8.910.034)	(3.766.062)	3.188.479

Fonte: RAFs.

De 2017 a 2019 houve consumo médio de Caixa de cerca R\$ 6 milhões por ano, indicando um déficit financeiro da entidade.

Em 2020 a SPDA apresentou uma geração de Caixa de R\$ 3,2 milhões, decorrente praticamente da amortização dos valores aplicados em Títulos e Valores Mobiliários em dezembro no montante líquido de R\$ 6,5 milhões do FIDC.

Cabe destacar que para a geração de caixa, a SPDA é dependente dos valores aplicados no FIDC e do reembolso da PMSP. Os recursos financeiros recebidos provenientes da principal receita operacional, prestação de serviços, não estão sendo suficientes para cobrir as obrigações necessárias às atividades da empresa.

Diante do recorrente consumo financeiro nos últimos anos, a SPDA deve buscar alternativas para a geração de caixa proveniente de atividades operacionais, para reduzir a dependência da amortização antecipada das cotas do FIDC ou de recursos do Município.

4. GESTÃO PATRIMONIAL

4.1. Balanço Patrimonial

O BP é previsto pelos artigos 176 (inciso I) e 178 a 182 da Lei Federal nº 6.404/76 e alterações posteriores. Aplica-se ainda, para sua elaboração, o disposto no CPC nº 26 (R1). A demonstração visa evidenciar, qualitativa e quantitativamente, ao término do exercício financeiro representado, a posição patrimonial e financeira da entidade. O BP do ano de 2020 da SPDA foi apresentado à fl. 9 da Peça 1.

Quadro 03 - Balanço Patrimonial Publicado – 2020

Em R\$

Conta	2020	2019	Conta	2020	2019
Ativo Circulante	15.147.965	11.441.732	Passivo Circulante	780.343	499.799
Caixa e Equiv. de Caixa	7.362.876	4.174.397	Obrig. Fornecedores	103.504	91.367
Caixa	30	536	Obrig. Trabalhistas e Prev.	375.973	335.487
Aplicações Financeiras	7.362.846	4.173.861	Obrig. Tributárias	300.866	72.945
Direitos Realizáveis	7.785.089	7.267.335	Dividendos a Distribuir	-	-
Créditos a receber	6.587.030	6.265.835	Passivo Não Circulante	73.263.670	63.788.259
Outros Créditos	6.892	-	AFAC – Adiantamento	22.824.520	22.824.520
Imp. e Contrib. a recuperar	1.060.166	880.225	Passivo Fiscal Diferido	50.439.150	40.963.739
Despesas do Exerc. Seguinte	131.000	121.275	Passivo Fiscal Dif. IRPJ	37.052.669	30.120.396
Ativo Não Circulante	348.567.194	323.030.776	Passivo Fiscal Dif. CSLL	13.386.481	10.843.343
Realizável a Longo Prazo	348.519.105	322.952.722	Patrimônio Líquido	289.671.146	270.184.450
Fundo de Invest. Garantia PPP	34.475.017	33.777.424	Capital Social	204.164.469	204.164.469
Títulos e Valores Mobiliários	314.044.088	289.175.298	Reserva de Lucros	80.894.713	62.382.215
Investimentos	5.543	16.608	Reserva Legal	4.611.964	3.637.766
Imobilizado	42.545	61.447			
Total do Ativo	363.715.158	334.472.508	Total do Passivo e PL	363.715.158	334.472.508

Fonte: BP 2020, Peça1, fl. 9.

A seguir, constam as análises das principais contas que compõem o BP.

4.1.1. Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

Correspondem ao valor aplicado no fundo de investimento de baixo risco “BB Milênio 32 FI RF”, administrado pela BB Gestão de Recursos – DTVM S.A.

Quadro 04 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Em R\$

Caixa e Equivalentes de Caixa	2019	2020	Δ%	% Vert.
Caixa	536	30	-94,4	0,01
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	4.173.861	7.362.846	76,4	99,99
Total	4.174.397	7.362.876	76,4	100,00

Fonte: BP 2020, Peça1, fl. 9.

Em 31.12.20 o saldo das aplicações financeiras de liquidez imediata era de R\$ 7,4 milhões, houve um aumento de 76,4% em relação ao saldo anterior, principalmente em função da amortização de quotas do FIDC em dezembro no montante líquido de R\$ 6,5 milhões.

Verificou-se a regularidade do saldo contábil da aplicação financeira com o confronto dos extratos bancários em 31.12.20.

4.1.2. Direitos Realizáveis

O saldo de Direitos Realizáveis aumentou 7,1% em relação a 2019, decorrente principalmente das contas “Créditos a Receber” e “Impostos e Contribuições a Recuperar”.

Quadro 05 - Composição dos Direitos Realizáveis

Em R\$

Direitos Realizáveis	2019	2020	Δ%	% Vert.
Créditos a receber	6.265.835	6.587.030	5,1	86,2
Duplicatas a receber	-	300		
Outros Créditos	-	6.592		0,0
Impostos e Contribuições a recuperar	880.226	1.060.166	20,4	12,1
Despesas do Exercício Seguinte	121.275	131.000	8,0	1,7
Total	7.267.336	7.785.088	7,1	100,0

Fonte: Balancete contábil geral.

4.1.2.1. Créditos a Receber

Quando o mutuário da CCI realiza amortização extraordinária ou liquidação antecipada do crédito, ou paga uma indenização securitária em relação ao imóvel objeto do financiamento, o mutuário reduz a sua dívida diante do valor depositado no FIDC. Quando o mutuário antecipa seu pagamento, a Prefeitura deve também antecipar o pagamento do financiamento que o FGTS fez à Cohab para construção do empreendimento habitacional.

Como este pagamento à CEF tem um prazo bastante curto após o recebimento da antecipação, há uma previsão contratual de que a SPDA faça o repasse à CEF em nome da PMSP, sendo

este reembolsado no mês seguinte. Não há entrada efetiva de recursos financeiros na SPDA, apenas ocorre a alteração da composição do FIDC, de direitos creditórios para valores aplicados no fundo do Santander.

No exercício de 2020, foram repassados à CEF o valor de R\$ 1,3 milhão referente à amortização extraordinária/liquidação antecipada. A Secretaria da Fazenda repassou R\$ 987,5 mil, conforme quadro abaixo:

Quadro 06 – Movimentação da conta Amortizações Extraordinárias - CEF Em R\$

Saldo em 31.12.19	6.265.835
Amortizações repassadas à CEF em 2020	1.308.699
(-) Reembolso e compensações recebidos da PMSP	(987.503)
Saldo em 31.12.20	6.587.031

Fonte: Extrato bancário conta BB 8085-3 e razão contábil. 1.1.03.01.001.03.

O montante de R\$ 6,6 milhões registrado como Créditos a Receber da PMSP a título de reembolso em 31.12.20, decorre de valores repassados à CEF relativos à carteira de crédito cedida à SPDA. De acordo com a SPDA⁶, esse crédito foi originado por amortizações extraordinárias/liquidações antecipadas ocorridas no biênio 2016/2017, conforme segue:

- entre março e outubro de 2016, a Cohab repassou à SPDA apenas o valor líquido dos recebimentos da CCI, pois todos os pagamentos feitos pelos mutuários eram recebidos em conta da Cohab, inclusive os repasses para CEF de valores equivalentes aos das amortizações extraordinárias do mês. Os repasses à CEF eram realizados “sem desembolso de caixa” pela SPDA;
- de novembro de 2016 a fevereiro de 2017, as amortizações extraordinárias foram pagas à CEF pelo FIDC;
- em março de 2019, a SPDA fez o ressarcimento integral ao FIDC pelos repasses à CEF realizados entre novembro de 2016 e fevereiro de 2017, passando a ter o direito de ressarcimento pela PMSP.

⁶ SEI nº SEI 7110.2019/0000012-9

Segundo a Secretaria da Fazenda o montante de R\$ 6,6 milhões ainda não foi reconhecido como obrigação da Prefeitura a ser repassada à SPDA.

É necessário que a SPDA efetue conciliação em conjunto com a Secretaria da Fazenda, a fim de conhecer com exatidão o valor total a ser reembolsado decorrente do repasse já efetuado pela SPDA à CEF.

Além disso, considerando que não há perspectiva do referido valor ser recebido até dezembro de 2021 (doze meses após a data do balanço), a contabilização de Créditos a Receber no Ativo Circulante não está adequada, em infringência ao item 66c do CPC 26 (R1)⁷ e art. 179 (inciso I) da Lei nº 6.404/76⁸.

4.1.2.2. Impostos e Contribuições a Recuperar

O saldo dos Impostos e Contribuições a Recuperar, em 31.12.20, era de R\$ 1,1 milhão, representando 0,3% do total do Ativo. Entretanto, este valor aumentou 20,4% em relação ao ano anterior. A composição dos Impostos e Contribuições a Recuperar consta na nota explicativa nº 7, conforme abaixo:

Quadro 07 - Composição da conta Impostos e Contribuições a Recuperar Em R\$

Descrição	31.12.20	21.12.19
Saldo Negativo IRPJ Exercícios Anteriores	487.386	871.993
Saldo Negativo CSLL Exercícios Anteriores	8.526	8.232
Saldo Negativo IRPJ 2020	536.129	-
Salário Maternidade (Empresa Cidadã)	28.125	-
Total	1.060.166	880.225

Fonte: Prestação de Contas da SPDA 2020, p. 22.

Pode-se verificar que este aumento se refere, principalmente, ao acréscimo do Saldo Negativo do IRPJ 2020. Este valor é referente aos valores retidos pelo banco de IRRF, valor este superior ao IRPJ devido pela entidade em 2020, podendo ser utilizado nos exercícios subsequentes.

⁷66. O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (...) (c) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço

⁸ Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

I - no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.

Os lançamentos no razão das contas estão todos detalhados e realizados individualmente com o histórico completo a respeito da origem do valor. As contas foram utilizadas de acordo com a finalidade de cada uma delas. A partir das análises, verificou-se que os saldos destas contas estão consistentes.

4.1.3. Fundo de Investimento para garantia PPP

Em 07.05.18 foi realizado um investimento em fundo de renda fixa na CEF, intitulado “CAIXA FI SPDA PROJETOS RF LP”, capitalizado com R\$ 31,1 milhões, valor decorrente da amortização de cotas do FIDC. Esse fundo de investimento tem como finalidade servir como garantia em projetos de PPP no Município, caso a SPDA seja contratada para essa finalidade.

Em 31.12.20, o saldo contábil apresentado foi de R\$ 34,5 milhões, saldo consistente com o extrato do fundo de investimento.

4.1.4. Títulos e Valores Mobiliários

A conta Títulos e Valores Mobiliários refere-se às cotas do Fundo de Investimentos “SPDA - Habitação Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados” (FIDC SPDA DC I), exclusivo da Companhia.

Esse Fundo manteve a quantidade de 194,98 cotas subordinadas durante o ano.

Esta conta é composta pelos lançamentos de transferência da carteira de crédito imobiliário - CCI da SPDA ao FIDC NP SPDA (R\$ 195 milhões) em 2016, acrescido do ajuste ao valor justo e deduções de amortização, conforme segue:

Quadro 08 – Composição de Títulos e Valores Mobiliários

				Em R\$	
Títulos e Valores Mobiliários	2019	2020	Δ%	% Vert.	
FIDC SPDA Habitação	194.979.133	194.979.133	-	62,1	
(+) Ajuste a Valor Justo	127.196.165	159.064.955	25,1	50,7	
(-) Amortização principal	(26.285.411)	(29.673.713)	12,9	-9,4	
(-) Amortização rendimento	(6.714.588)	(10.326.287)	53,8	-3,3	
Total	289.175.299	314.044.088	8,6	100,0	

Fonte: Balancete e Razão contábil da SPDA e nota explicativa n. 9 da Prestação de Contas.

Os registros correspondem aos valores das documentações de suporte.

As cotas do FIDC foram classificadas como destinadas à negociação. Dessa forma, o ajuste ao valor justo foi apropriado corretamente em contrapartida à conta de resultado, conforme preconizado no CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

Em 31 de dezembro de 2020, o BP do SPDA Habitação FIDC⁹ estava assim composto:

Quadro 09 - Balanço Patrimonial do SPDA Habitação FIDC – 2020 Em R\$ mil

Conta	2020	2019	Conta	2020	2019
Ativo Circulante	316.214	292.572	Passivo Circulante	2.170	3.397
Disponibilidades	227	244	Taxa de administração	18	18
Cotas de Fundos de Inv. ICVM 555	130.854	102.187	Taxa de gestão	74	53
Direitos créditos	185.117	190.141	Taxa de custódia	26	26
Outros créditos	16	-	Auditoria	30	28
			Outros valores a pagar – a identificar	1.056	3.233
			Demais valores a pagar	966	39
			Patrimônio Líquido	314.044	289.175
Total do Ativo	316.214	292.572	Total do Passivo e PL	316.214	292.572

Fonte: CVM.

De acordo com a DRE de 2020 do Fundo, o resultado do período foi R\$ 31,9 milhões¹⁰. Conforme BP 2020 da SPDA, o montante registrado em Títulos e Valores Mobiliários no Ativo Não Circulante resultou em R\$ 314,0 milhões, condizente com o PL apresentado pelo BP do FIDC, tendo em vista que a Companhia possui a titularidade de 100% das cotas do fundo.

Em 31.12.20, o montante de R\$ 314,0 milhões estava aplicado em cerca de 60% na carteira de créditos imobiliários (CCI) e 40% no fundo Santander FIC FI Soberano Renda Fixa.

4.1.4.1. Composição da Carteira dos Créditos Imobiliários (CCI)

Foram analisados os valores do FIDC demonstrados na contabilidade da SPDA, sendo constatado que a posição contábil em 31.12.20 do FIDC está refletida nas demonstrações da SPDA.

⁹ Acesso em 14.07.21: <http://www.cvm.gov.br/menu/regulados/fundos/consultas/fundos.html>.

¹⁰ Demonstrações Financeiras em 31.12.20 da SPDA Habitação - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados obtido no site da CVM

Nas notas explicativas às demonstrações contábeis de 2020 do FIDC¹¹, os direitos creditórios estão assim definidos:

Os direitos creditórios são formalizados por contratos de compra e venda de imóveis e por instrumentos a eles correlatos, incluindo, mas sem limitação, instrumentos de alienação fiduciária, aditivos, instrumentos de renegociação, celebrados entre devedores pessoas físicas e os Cedentes ou cedentes originários, bem como por todos os demais documentos necessários a comprovação da existência, validade e cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios (“Documentos Comprobatórios”).

A avaliação dos direitos do FIDC é realizada mensalmente, por meio do valor justo. Como não há mercado no qual esse ativo financeiro possa ser comprado ou vendido por duas partes conhecedoras do negócio, o valor justo é estimado com base em técnicas de avaliação, conforme nota explicativa nº 3c das demonstrações de 2020 do FIDC:

Inicialmente as cotas do fundo de investimento são registradas pelo seu valor de aquisição, posteriormente, o valor justo das cotas de fundos de investimento é atualizado diariamente, pelos respectivos valores das cotas divulgadas pelos seus Administradores.

A empresa de auditoria externa Uhy Bendoraites & Cia, no exame das demonstrações contábeis do SPDA Habitação FIDC-NP do exercício de 2020, forneceu opinião sem ressalvas. Do relatório de auditoria independente do FIDC, destacamos os seguintes trechos relacionados à CCI:

Em nossa opinião **as demonstrações contábeis** acima referidas **apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SPDA – Habitação Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – FIDC – NP em 31 de dezembro de 2020 [...].**
Principais assuntos de auditoria

[...] Direitos creditórios

Realizamos testes de movimentação, custódia e valorização dos direitos creditórios (comprados, vendidos e mantidos na carteira) e do registro operacional, bem como, efetuamos testes sobre as conciliações contábeis dos principais saldos, avaliando a documentação de suporte e a integridade dos registros efetuados[...].

[...] Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do Fundo foi considerado como um principal assunto por: (i) representar o valor dos investimentos dos cotistas e ser impactado diretamente por todos os fatores de risco descritos na nota explicativa nº 10 (ii) pelo fato dos investimentos do fundo não serem garantidos pelo Administrador e pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Desta forma, nossos procedimentos de auditoria

¹¹ Item 7.a da nota explicativa, p.13 da Prestação de Contas de SPDA - 2020

incluíram, entre outros: (i) o exame das respectivas movimentações; e (ii) exame das respectivas liquidações financeiras através dos extratos de conta corrente do Fundo (grifos nossos).

4.1.5. Passivo

A evolução dos saldos das contas que integram o Passivo, de 2019 para 2020, encontra-se a seguir disposta:

Quadro 10 – Passivo da SPDA 2020

Em R\$

PASSIVO	31.12.19	31.12.20	Δ %	% Vert.
Circulante	499.799	780.342	56,1	0,2
Obrigações com Fornecedores	91.367	103.504	13,3	0,0
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	335.487	375.973	12,1	0,1
Obrigações Tributárias	72.945	300.866	312,5	0,1
Não Circulante	63.788.259	73.263.670	14,9	20,1
AFAC Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	22.824.520	22.824.520	0,0	6,3
Passivo Fiscal Diferido	40.963.739	50.439.150	23,1	13,9
Passivo Fiscal Diferido - IRPJ	30.120.396	37.052.669	23,0	10,2
Passivo Fiscal Diferido - CSLL	10.843.343	13.386.481	23,5	3,7
Patrimônio Líquido	270.184.450	289.671.146	7,2	79,6
Total do Passivo e PL	334.472.508	363.715.158	8,7	100,0

Fonte: Prestação de Contas 2021 – SPDA, p. 9.

A conta mais representativa do grupo do Passivo é o Não Circulante, em especial o Passivo Fiscal Diferido, representando 13,9% do total do Passivo e PL. O Passivo Não Circulante aumentou 14,9% em relação a 2019 (R\$ 9,5 milhões).

No Passivo Circulante, a conta Obrigações Tributárias, embora não seja relevante na composição do grupo, apresentou aumento significativo em relação a 2019 (312,5%). Este aumento refere-se ao lançamento feito em 31.12.20 de provisão de PIS e COFINS sobre Receitas Financeiras. Em 21.12.20, foi amortizado do FIDC o valor líquido de R\$ 6,5 milhões, sendo parte deste valor (R\$ 3,6 milhões) referente a resgate da renda do fundo, sujeito a incidência de PIS e COFINS nos percentuais de 0,65% (R\$ 23,5 mil) e 4% (R\$ 144,5 mil), respectivamente. A CSLL a recolher (R\$ 64,3 mil) aumentou em relação ao ano anterior porque a entidade teve prejuízo em 2019, não tendo, portanto, CSLL a recolher naquele ano.

4.1.5.1. Passivo Fiscal Diferido

O saldo do Passivo Fiscal Diferido, em 31.12.20, era de R\$ 50,4 milhões, representando 13,9% do total do Passivo mais Patrimônio Líquido. Deste valor, R\$ 37,1 milhões refere-se a IRPJ e R\$ 13,4 milhões a CSLL. O quadro a seguir apresenta a composição do Passivo Fiscal Diferido em 31.12.20 e sua comparação com 2019.

Quadro 11 – Comparação dos saldos do Passivo Tributário Diferido - 31.12.19 x 31.12.20 Em R\$

Passivo Fiscal Diferido	31.12.19	31.12.20	Δ	Δ %	% Vert.*
Passivo Fiscal Diferido - IRPJ	30.120.396	37.052.669	6.932.273	23,0	10,2
Passivo Fiscal Diferido - CSLL	10.843.343	13.386.481	2.543.138	23,5	3,7
Total Passivo Fiscal Diferido	40.963.739	50.439.150	9.475.411	23,1	13,9

Fonte: Prestação de Contas SPDA 2020, p. 9.

* Variação vertical em relação ao total do Passivo + PL.

O passivo fiscal diferido é o valor dos tributos calculados sobre os ganhos de Ajuste a Valor Justo (AVJ) do FIDC, mas que ainda não foram realizados. O imposto somente é pago sobre o valor realizado no período (valor amortizado). O passivo fiscal diferido é reavaliado ano a ano conforme a valorização/desvalorização do fundo.

A fonte de informações para o cálculo do passivo diferido está no Quadro 8, já exposto no subitem 4.1.4. O imposto de renda e a contribuição social incidem somente sobre o valor que foi ganho, ou seja, a base de cálculo para IRPJ e CSLL é somente o Ajuste a Valor Justo (AVJ) diminuído da parte que já foi realizada (R\$ 10,3 milhões relativos à amortização da renda). O tributo relativo ao valor realizado no período deverá ser recolhido no prazo estabelecido para o exercício em que ocorreu.

Quadro 12 - Base de cálculo para IR e CSLL Em R\$

Descrição	Saldos 31.12.20
Base de Cálculo IR e CSLL (AVJ acumulada)	159.064.955
Amortização de Juros (IR e CSLL pagos no exercício em que foi realizado)	(10.326.287)
Base de Cálculo IR e CSLL diferido	148.738.668

Fonte: elaborado pela auditoria.

O saldo do Passivo Fiscal Diferido foi recalculado pela auditoria e não foram encontradas distorções.

Do valor de R\$ 10,3 milhões da renda já amortizada, o valor de R\$ 3,6 milhões foi realizado em 2020 e oferecido à tributação, aparecendo na DRE na linha “Receita de CCI”, dentro do grupo Receitas Financeiras.

4.1.6. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido em 31.12.20 era de R\$ 289,7 milhões, apresentando a seguinte composição:

Quadro 13 – Composição Patrimônio Líquido em 31.12.20 Em R\$

Patrimônio Líquido	2019	2020	Δ%	% Vert.
Capital Social	204.164.469	204.164.469	0,0	70,5
Reservas de Lucros	62.382.215	80.894.713	29,7	27,9
Reserva Legal	3.637.766	4.611.964	26,8	1,6
Total	270.184.450	289.671.146	7,2	100,0

Fonte: BP 2020, peça 1, fl. 9.

Destaca-se que não houve variação no capital social da Companhia. A variação ocorrida no patrimônio líquido é decorrente do resultado líquido de 2020, positivo em R\$ 19,5 milhões.

4.2. Demonstração do Resultado do Exercício e de Resultado Abrangente

A DRE é prevista pelos artigos 176 (inciso III) e 187 da Lei Federal nº 6.404/76 e alterações posteriores. Aplica-se ainda o disposto no CPC nº 26 (R1).

Apresenta-se, a seguir, a DRE da SPDA, referente ao exercício financeiro de 2020:

Quadro 14 - Demonstração do Resultado do Exercício - 2020 Em R\$

Descrição	2020	2019
Receita Operacionais	129.084	340.023
Serviços Prestados	150.536	396.528
(-) Deduções da Receita Operacional	(21.452)	(56.505)
ISS	(7.527)	(19.826)
PIS	(2.484)	(6.543)
COFINS	(11.441)	(30.136)
Despesas	(3.523.581)	(3.178.989)
Despesas com Pessoal	(3.033.901)	(2.656.056)
Honorários e Salários	(2.132.261)	(1.889.864)
Encargos – INSS e FGTS	(603.471)	(488.296)
Provisão e Encargos – Férias e 13º salário	(234.109)	(218.804)
Vale Refeição	(26.104)	(21.628)

Assistência Médica	(36.973)	(37.253)
Exame Médico	(983)	(210)
Despesas gerais e administrativas	(489.680)	(522.933)
Assessoria Contábil	(69.960)	(69.960)
Auditoria e Consultoria	(14.809)	(13.575)
Outros Serviços PJ	(29.724)	(43.527)
Aluguel e Condomínio	(155.190)	(159.115)
Seguros	(178.440)	(198.105)
Depreciações	(18.902)	(10.229)
Amortizações	(5.157)	-
Perda de Capital	-	(444)
Outras Despesas Operacionais	(17.498)	(27.978)
Financeiras	4.341.812	2.217.196
Receita de CCI	3.611.699	-
Rendimentos de Aplicação Financeira	920.445	2.216.681
Juros Ativos	22.501	49.419
Desconto obtido	-	23
Recuperação de Despesas	1.574	67.447
Despesas Financeiras	(1.857)	(696)
PIS S/ Receita Financeira	(29.717)	(14.915)
COFINS S/ Receita Financeira	(182.833)	(91.786)
Outras receitas (despesas) financeiras	-	(8.976)
Outras Receitas	94.128.168	35.770.761
Receitas de Ajuste a Valor Justo – Sub Conta	94.128.037	35.770.757
Receita Multas de Contrato	131	-
Dividendos e Lucros Recebidos	-	4
Outras Despesas	(75.357.421)	(12.174.642)
Despesas de Equivalência Patrimonial	(11.064)	(12.585)
Perda de Ajuste do Valor Justo - sub conta	(65.870.946)	-
IRPJ Diferido	(6.932.273)	(8.942.689)
CSLL Diferido	(2.543.138)	(3.219.368)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	19.718.062	22.974.349
Apuração de Tributos	(234.101)	-
Imposto de Renda	(165.780)	-
Contribuição Social sobre o Lucro	(68.321)	-
Resultado Líquido do Período	19.483.961	22.974.349

Fonte: DRE 2020, Peça 1, fl. 10.

A estrutura da DRE de 2020 contempla os itens previstos no art. 187 da Lei Federal nº 6.404/76.

O resultado do exercício apresentado pela SPDA foi positivo em R\$ 19,5 milhões. Houve uma redução de 15,2% em relação a 2019, em função principalmente da redução das receitas operacionais, dos rendimentos de aplicação financeira e do aumento das despesas com pessoal.

Salienta-se que a principal receita de 2020 foi a de Ajuste a Valor Justo (R\$ 94,1 milhões), que não corresponde à receita operacional efetiva da SPDA.

4.2.1. Receita de Serviços Prestados

A receita de serviço recebida em 2020 (R\$ 150,5 mil) foi referente a serviço de consultoria e assessoria técnica para a implantação de um procedimento unificado de cobrança dos créditos de titularidade do município de São Paulo.

O valor da receita operacional da Companhia foi registrado de acordo com os documentos de suporte. Segue a evolução da receita arrecadada com a prestação de serviços nos últimos 6 anos:

Quadro 15 – Evolução da Receita de Serviços

Em R\$

Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Receita Serviços Prestados	565.193	288.110	102.000	-	396.528	150.536

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização SPDA.

De 2015 a 2018 foi observado o declínio contínuo da receita arrecadada com serviços prestados, até zerar em 2018, ou seja, não houve a geração de receita operacional efetiva. Em 2019 foi arrecadado o montante de R\$ 396,5 mil e na comparação com o exercício seguinte, constatou-se novamente uma redução da receita de cerca de 62%.

De acordo com a Demonstração do Resultado do Exercício, se considerarmos apenas a atividade operacional, a receita (R\$150,5 mil) é bem inferior à despesa (R\$ 3,5 milhões), o que indica prejuízo operacional de R\$ 3,5 milhões em 2020.

Diante da baixa receita operacional (R\$ 150,5 mil) e da crescente despesa operacional, registradas na Demonstração do Resultado do Exercício, a SPDA deve buscar alternativas para prestar serviços que gerem receitas efetivas, visando a continuidade da empresa sob o enfoque operacional.

4.2.2. Outras Receitas e Despesas

Dos valores registrados em “Outras Receitas” e “Outras Despesas”, cabe destacar o ajuste a valor justo realizado em abril e maio sobre as cotas do Fundo de Investimentos FIDC.

Do total contabilizado em “Perda de Ajuste do Valor Justo” (R\$ 65,9 milhões), cerca de 94% refere-se à redução do valor aplicado no fundo FIDC de março a abril. De acordo com a gestora do FIDC, RCB Portfólios Ltda., essa diminuição da valoração da carteira do FIDC (R\$ 61,9 milhões), apresentada no extrato de 30.04.20, foi feita incorretamente, em decorrência da pandemia da COVID. Segundo a SPDA, a CM Capital enviou para a CVM a correção em maio. Tal acerto foi o principal responsável pelo registro de R\$ 70,6 milhões como receita de ajuste a valor justo.

Verificou-se que os extratos da CM Capital embasaram o documento de suporte da contabilização do valor justo analisado.

4.3. Demonstração de Resultado Abrangente

A DRA encontra amparo no item 82A do CPC nº 26. A DRA elaborada pela empresa contempla as seguintes informações:

Quadro 16 - Demonstração de Resultado Abrangente Publicada - 2020 Em R\$

Especificação	2019	2020
Lucro / Prejuízo Líquido do Exercício	22.974.349	19.483.961
Ajustes de Exercícios Anteriores	82.966	2.735
Resultado Abrangente do Exercício	23.057.315	19.486.696

Fonte: DRA 2020, Peça 1, fl.13.

Não foram verificadas incorreções estruturais significativas na DRE e na DRA.

4.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A DMPL é tratada nos itens 10 (c) e 106 a 110 do CPC nº 26 (R1). A DMPL da SPDA constou da prestação de contas da empresa (peça1, fl.12).

Quadro 17 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - 2020 Em R\$

Especificação	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	204.164.469	2.489.048	40.473.618	-	-	247.127.135
Ajuste de exercício anterior				82.966		82.966
Reserva Legal		1.148.717		(1.148.717)		-
Dividendos a Distribuir				-		
Lucro do Exercício				22.974.349		22.974.349
Reserva de Lucros a Realizar			21.908.597	(21.908.597)		-

Saldo em 31 de dezembro de 2019	204.164.469	3.637.766	62.382.215	-	-	270.184.450
Saldo em 01 de janeiro de 2020	204.164.469	3.637.766	62.382.215	-	-	270.184.450
Ajuste de exercício anterior				2.735		2.735
Reserva Legal		974.198		(974.198)		-
Dividendos a Distribuir				-		
Lucro do Exercício				19.483.961		19.483.961
Reserva de Lucros a Realizar			18.512.498	(18.512.498)		-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	204.164.469	4.611.964	80.894.713	-	-	289.671.146

Fonte: DMPL 2020, Peça 1, fl.12.

As variações ocorridas no patrimônio líquido estão corretamente demonstradas na DMPL do exercício de 2020, apresentada pela SPDA.

4.5. Notas Explicativas

A Lei Federal nº 6.404/76 prevê, no art. 176, §§ 4º e 5º, que as demonstrações contábeis devem ser complementadas por Notas Explicativas e outros quadros analíticos necessários para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício. A Lei Federal 13.303/16 no art. 8, inciso VI¹² e o CPC nº 26 (R1), nos itens 112 a 138, também dispõe sobre Notas Explicativas.

A SPDA apresentou as notas explicativas às demonstrações contábeis do exercício financeiro de 2020 às fls. 14 a 32 da Peça 1. Foram divulgadas notas explicativas relativas a todas as demonstrações contábeis, de acordo com a legislação vigente.

Entretanto, foram omitidas informações importantes para a transparência, em especial, relativas à situação dos créditos a receber, em que há discussão junto à PMSP em relação ao valor devido (detalhada no subitem **4.1.2.1**), em desacordo com a LF nº 6.404/76, art. 176, § 5º e CPC 26(R1), item 112.

¹² Art. 8º As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão observar, no mínimo, os seguintes requisitos de transparência:
[...]

VI - divulgação, em nota explicativa às demonstrações financeiras, dos dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo ou de segurança nacional;

4.6. Eventos Subsequentes

Há um questionamento a respeito da cotação da composição do valor de R\$ 7 milhões amortizado em dezembro de 2020. Segundo os cálculos da SPDA, o valor do principal seria R\$ 3,8 milhões e dos juros R\$ 3,2 milhões. O valor calculado pelo FIDC foi de R\$ 3,4 milhões para o principal e R\$ 3,6 milhões para os juros. A SPDA informou que já diligenciou junto ao Administrador e está aguardando resposta. Como as discussões ainda se encontram em andamento no exercício de 2021, ainda não houve a confirmação da divergência.

Esta diferença na composição, caso se confirme, acarretará efeitos nas seguintes contas dos demonstrativos de 2020: Receita Financeira, Tributos a Recuperar, PIS a recolher, COFINS a recolher, CSLL a recolher, IRPJ diferido e CSLL diferido.

5. GESTÃO DE PESSOAL

As despesas com pessoal de 2020 foram 14,2% superiores às incorridas no exercício anterior:

Quadro 18 - Despesas com Pessoal

Em R\$

Despesa	2019	2020	Δ%	% Vert.
Honorários e Salários	1.889.864	2.132.261	12,8	70,3
Encargos – INSS e FGTS	488.296	603.471	23,6	19,9
Provisão e Encargos – Férias e 13º Salário	218.804	234.109	7,0	7,7
Vale Refeição	21.628	26.104	20,7	0,9
Assistência Médica	37.253	36.973	-0,8	1,2
Exame Médico	210	983	368,1	0,0
Total	2.656.055	3.033.901	14,2	100

Fonte: Despesas com pessoal demonstrada na DRE 2020

Obs.: Incluem salários dos funcionários, honorários da Diretoria e dos Conselhos e bonificações.

Em 31.12.20, a Folha de Pagamento da SPDA era composta por dois diretores, seis assessores, sete conselheiros de administração e três conselheiros fiscais.

Os honorários e salários totalizaram R\$ 2,1 milhões, representando 70,3% do total da despesa com Pessoal.

Quadro 19 – Despesa Honorários e Salários

Em R\$

Despesa Honorários e Salários	2019	2020	Δ%	% Vert.
Honorários	999.645	1.213.164	21,4	56,9
Diretoria	447.645	601.164	34,3	28,2
Conselho Administrativo	444.000	504.000	13,5	23,6
Conselho Fiscal	108.000	108.000	-	5,1
Salários	890.219	919.097	3,2	43,1
Total	1.889.864	2.132.261	12,8	100

Fonte: DRE e razão geral acumulado.

5.1. Diretoria Executiva

A Diretoria é composta por dois diretores, sendo um diretor presidente que acumula a função de diretor jurídico e um diretor administrativo, conforme art. 13 do Estatuto Social.

A remuneração dos diretores da companhia seguiu os limites impostos pelas diretrizes da Junta Orçamentária e Financeira (JOF) de 04.10.13 sobre a diretoria da Administração Indireta.

5.2. Conselhos de Administração e Fiscal

O Conselho de Administração foi composto por 7 membros titulares ao término de 2020. A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração da SPDA é de R\$ 6,0 mil. O Conselho de Administração realizou 13 reuniões, conforme 12 atas de reunião ordinária e uma ata de reunião extraordinária.

Em relação ao Conselho Fiscal, este foi composto por três membros titulares e um membro suplente ao término de 2020. A remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal da SPDA é de R\$ 3,0 mil. O Conselho Fiscal realizou 12 reuniões, conforme atas das reuniões ordinárias.

6. CONTINUIDADE OPERACIONAL

Segundo a diretoria da SPDA, os contratos de prestação de serviço já firmados são:

- contratos de garantia com as concessionárias responsáveis pela construção de habitações nos 11 lotes licitados, com expectativa de receita com a prestação de garantia no âmbito da PPP da Habitação de até R\$ 1,4 milhão/ano, a partir de 2023;
- a Empresa está auxiliando a Cohab de Minas Gerais, para o desenvolvimento de um veículo de mercado de capitais semelhante ao seu FIDC. A perspectiva é de receber R\$ 200 mil em 2022 com a prestação de serviços de consultoria para a Cohab/MG;
- a SPDA figurou como responsável pela garantia subsidiária no âmbito da PPP da Geração Distribuída. Há expectativa de recebimento de até R\$ 115 mil/ano com a prestação de garantia no âmbito da PPP da Geração Distribuída, a partir de 2022.

Em relação às receitas operacionais, considerando o histórico de recebimento da Companhia (subitem **4.2.1**) e os contratos firmados, entende-se que continuarão insuficientes para cobrir as despesas operacionais, cujo montante em 2020 totalizou R\$ 3,5 milhões.

Diante disso e aliado ao consumo contínuo do caixa (subitem **3.2**), é necessária a busca de novos projetos que sejam capazes de gerar receitas efetivas para a SPDA garantir a continuidade operacional, diminuindo a dependência de amortização antecipada das cotas do FIDC ou de recursos da PMSP.

7. TRANSPARÊNCIA

As Leis Federais 12.527/11 (art. 8º) e 13.303/16 (arts. 8º, 12, 86 e 88), assim como o Decreto Municipal 58.093/18 estabelecem diversas obrigações relacionadas à transparência, aplicáveis às empresas estatais paulistas. A SPDA divulga suas informações por meio dos sítios eletrônicos https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/spda/aceso_a_informacao/# e http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/adm_indireta/spda/.f

Foram realizados testes ¹³ objetivando verificar o cumprimento de todos os requisitos normativamente exigidos, os quais possibilitaram evidenciar as seguintes inconsistências:

- não estão disponíveis informações relativas à execução dos contratos e seu orçamento, em desacordo ao art. 88 da LF nº 13.303/16;
- não há informações a respeito da acessibilidade no site da SPDA, em desacordo ao Inciso VIII, § 3º do art. 8º da LF nº 12.527/11;
- não está disponível a carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração no ano de 2020, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa, nem a carta anual de governança corporativa, conforme requerido pelo inciso I e VIII do art. 8º da LF nº 13.303/16¹⁴;
- em relação à divulgação da remuneração dos administradores (Lei Federal nº 13.303/16, art. 12, Inciso I) o salário do Diretor Administrativo Financeiro se encontrou zerado. Em reunião com a SPDA, foi informado que este valor está zerado em função deste diretor ser um servidor cedido. Recomendamos que esta informação conste nas tabelas divulgadas para maior transparência;
- não é possível acessar as demonstrações contábeis em formato editável, em desacordo com o § 1º do art. 86 da LF nº 13.303/16;
- O regimento interno dos órgãos colegiados e os sumários das atas não estão publicados, em desacordo ao estabelecido no DM nº 58.093/18, art. 3º, § 3º, Incisos I e VI.

¹³ Acessos realizados nos dias 19 e 20.07.21.

¹⁴ A carta que consta no portal da transparência refere-se ao exercício de 2019, revista e atualizada em 23.04.20.

8. INFRINGÊNCIAS / PROPOSTAS DE DETERMINAÇÕES DO EXERCÍCIO

Propostas de Determinação

8.1. Em relação às amortizações extraordinárias, conciliar, em conjunto com a Secretaria da Fazenda, a fim de conhecer com exatidão o valor total a ser reembolsado decorrente do repasse já efetuado pela SPDA à CEF (subitem **4.1.2.1**);

8.2. É necessário que a SPDA se empenhe na concretização dos novos projetos que sejam capazes de gerar receitas efetivas, de modo a buscar a continuidade operacional da Companhia no curto/médio prazo (Reiteração de determinação – Contas do exercício 2017) (subitens **3.2, 4.2.1 e 6.1**).

Infringências

8.3. Contabilização de Créditos a Receber no Ativo Circulante, sem perspectiva de ser realizado em até doze meses após a data do balanço (subitem **4.1.2.1**).

Dispositivo legal não observado:

⇒ LF nº 6.404/76, art. 179, I e CPC 26(R1), item 66c.

8.4. Foram omitidas informações relevantes nas notas explicativas, em especial, relativas à situação dos créditos a receber, em que há discussão junto à PMSP em relação ao valor devido (subitem **4.5**).

Dispositivo legal não observado:

⇒ LF nº 6.404/76, art. 176, § 5º e CPC 26(R1), item 112.

8.5. Foram identificadas diversas inconsistências nos requisitos de transparência exigidos pelas Leis 12.527/11, 13.303/16 e DM 58.093/18 (item **7**):

- não há informações a respeito da acessibilidade nos sítios eletrônicos da SPDA;

- não está disponível a carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração no ano de 2020, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa, nem a carta anual de governança corporativa para o ano de 2020, nos sítios eletrônicos da SPDA;
- não é possível acessar as demonstrações contábeis em formato editável nos sítios eletrônicos da SPDA;
- não estão disponíveis informações relativas à execução dos contratos e seu orçamento nos sítios eletrônicos da SPDA;
- o regimento interno dos órgãos colegiados e os sumários das atas não estão publicados nos sítios eletrônicos da SPDA.

Dispositivos legais não observados:

- ⇒ LF nº 12.527/11, art. 8º, § 3º, inciso VIII.
- ⇒ LF nº 13.303/16, art. 8º, inciso I e VIII, art. 86, § 1º e art. 88.
- ⇒ DM nº 58.093/18, art. 3º, § 3º, Incisos I e VI.

9. DETERMINAÇÕES / RECOMENDAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

As contas do exercício de 2017, últimas contas da SPDA examinadas pelo Plenário, analisadas no TC nº 72.002.390/15-49, foram julgadas em 26.05.21. No respectivo acórdão, no qual as contas da Companhia foram aprovadas, foi expedida uma nova determinação, além de reiteração da determinação de exercício anterior.

O relator converteu nas Contas de 2017 a seguinte determinação: “É necessário que a SPDA se empenhe na concretização dos novos projetos que sejam capazes de gerar receitas efetivas, de modo a buscar a continuidade operacional da companhia no curto/médio prazo”.

Foi reiterada a determinação do exercício de 2014: “Busque sustentabilidade financeira e operacional, a fim de cumprir o § 2º do artigo 2º do Estatuto da Companhia, que dispõe: ‘É expressamente proibido o recebimento de recursos financeiros do Município de São Paulo para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio’”.

Situação atual das duas determinações: **Não atendida**

Em 2020 a SPDA faturou R\$ 150,5 mil referente a serviços de consultoria e assessoria técnica, suficiente apenas para cobrir 4,3% das despesas com Pessoal, que totalizaram R\$ 3,5 milhões. Assim, faz-se necessária a concretização de novos projetos para a continuidade operacional da Empresa.

Em 28.07.21

FERNANDA GALVÃO BONILHA
Agente de Fiscalização

RUTH JENN T. S. INOSHITA
Agente de Fiscalização

De acordo, em 10.08.21

GUSTAVO FELIPE RIPPER C. T. DE SOUZA
Supervisor de Equipes de Fiscalização e
Controle 1

MARCOS THULYO TAVARES
Coordenador Chefe de Fiscalização e
Controle I

RP.: RGP